

# Prefeitura quer manter poder de tributação

O presidente Fernando Henrique Cardoso ouviu de uma comissão de 20 prefeitos que não há mais o que cortar nas despesas municipais. "Não há qualquer orgia orçamentária e fiscal nas prefeituras", disse o presidente da Frente Nacional de Prefeitos, Célio de Castro. A dívida dos 5.095 municípios está em torno de R\$ 15 bilhões, sendo que R\$ 4,5 bilhões devem à Previdência, e o restante são empréstimos de contratados por grandes prefeituras, como a de São Paulo que deve mais da metade do total desta dívida.

O presidente da Confederação Nacional dos Municípios, Paulo Ziulkoski disse que do total da arrecadação tributária, a União fica com 57%, os estados com 27% e os municípios caiu de 20% para 16%. "Queremos continuar com a capacidade de tributar e queremos aumentar a nossa participação no bolo a não ser que os estados e a União assumam a sua parte efetivamente", disse. Dos R\$ 8 bilhões arrecadados com a CPMF, segundo Ziulkoski, apenas R\$ 1 bilhão vão para os municípios que arcam com a contratação de médicos e saúde básica à população.

Os prefeitos não aceitam a proposta de federalização do ISS, apresentada pelo secretário-Executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente. "É inaceitável para nós porque é centralizadora de recursos na União", disse Célio de Castro, prefeito de Belo Horizonte e presidente da Frente Nacional de Prefeitos. Os prefeitos anunciaram que farão tudo para preservar o repasse da parcela do ICMS, através do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). (M.G.)